

## NOS PORÕES DOS ARRECIFES

# O TRABALHO AUTÔNOMO NO COMÉRCIO DE CONFECÇÕES DA CIDADE DO RECIFE.

Emanuel Bandeira de Souza\*\*

### APRESENTAÇÃO

A mercadoria singulariza o capitalismo e o torna um Modo de Produção particular. Nada de mais ocorre quando se encara o seu valor de uso (sua utilidade). Mas, quando se observa a forma como é produzida e sua finalidade, uma série de sutilezas passa a ocupá-la.<sup>2</sup> A primeira delas: é ao mesmo tempo valor de uso e valor de troca. A segunda: a sua produção é realizada com base numa relação social de produção determinada: de um lado se põe o capital e do outro, o trabalho. A terceira: o trabalho que lhe cria, é também um trabalho singular, é um trabalho abstrato, um trabalho que produz valores para troca.

Na medida em que o trabalho passou a produzir valores de troca, a sobrevivência do trabalhador passou a ser intermediada por um equivalente do trabalho: o salário. Para o capital, a mercadoria produz Mais Valia, que resulta da compra antecipada e da comercialização dos valores de troca produzidos pelo trabalho.

Nesse jogo um dado de realidade se impõe: as regras não foram matura das homogeneamente, em todos os espaços capitalistas. Por esse motivo algumas delas podem ser temporariamente abandonadas, sem que com isso o jogo perca a sua finalidade que é a valorização do capital. O assalariamento, regra básica, pode ser parcialmente abandonado. Isto é possível desde que

o trabalho abstrato seja mantido e a produção de mercadorias esteja garantida. Nesse contexto, o abandono parcial do assalariamento, além de não interferir negativamente, estimula a circulação de valores que é condição de acumulação.

No meio urbano brasileiro o abandono parcial do assalariamento gera uma relação especial de trabalho: o trabalho autônomo, trabalho este que não mantém relação direta com o capital, mas, a ele se destina, na medida em que garante a circulação de valores de troca e por ser realizado sobre os produtos do capital. O trabalho autônomo incorpora valor trabalho aos valores de troca produzidos pelo capital e com isso possibilita a sua transformação em mercadoria.

Esses aspectos permitem a afirmação de que, antes de ser marginal, o trabalho autônomo é complementar desta economia.

O trabalho autônomo é o trabalho realizado sobre os produtos do capital (matéria prima, equipamentos, estoques de bens (etc.) e, é remunerado pela renda trabalho (diferença entre a receita bruta e os custos operacionais). É capitalista por ser abstrato e é produtivo, pois, em última instância garante a acumulação. Nele não está contido o capital, posto que capital, é uma relação social estabelecida, pelo próprio capital e o trabalho. Na realidade o trabalhador autônomo é um proletário que participa das relações desiguais e combinadas que o capital mantém com o trabalho.

Muitos estudos vem incorrendo no erro de incluí-lo como categoria de trabalho presente aonde o capital se reproduz de forma simples (o capital possuído é sempre capital primitivo, mesmo com a mais valia obtida sendo capitalizada). Nesses espaços o capital aparece, geralmente, em pequena dimensão e na maioria das vezes o trabalho

\* *Resumo da dissertação de Mestrado em Sociologia (UFPE) elaborada sob orientação do Prof. Heinz Dieter Heidemann.*

\*\* *Pesquisador da FIAM-Pernambuco.*

que a ele está submetido, surge juridicamente indefinido. O trabalho autônomo é um trabalho individual cooperado pela força de trabalho familiar:

- . produz valores de troca (no artesanato);
- . incorpora valores de uso a certos produtos (nos serviços de reparo);
- . circula valores (nos transportes e comércio);
- . presta serviços especializados (nas profissões liberais).

## REVISANDO A LITERATURA

O estado de pobreza ao qual está submetido o trabalho autônomo é objeto de estudo nas diversas áreas de conhecimento das Ciências Sociais. Não nos deteremos na história desta literatura. Para efeito de análise esta produção literária será subdividida em três grupos: a) o que analisa a pobreza como resultado da segregação do mercado de trabalho; b) o que analisa a pobreza como categoria do exercício industrial de reserva; c) o que analisa o problema sob a ótica do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo.

## SEGREGAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO

Neste grupo se enquadra a teoria dos setores econômicos que afirma que a economia dos países do terceiro mundo está dividida em um Setor Formal e outro Informal. Cacciamali<sup>3</sup> observou que a internacionalização desta teoria surgiu nos anos 70, com os estudos da OIT - Organização Internacional do Trabalho - para o terceiro mundo. Santos<sup>4</sup> observa que suas bases teóricas são originárias dos estudos sobre a Índia de antes da segunda guerra mundial. Neste país foi observado que duas economias se formavam e se reproduziam em paralelo. Posteriormente, nos estudos sobre a América Latina estas conclusões foram retomadas como escopo para a teoria do dualismo que empresta conceitos a teoria dos setores econômicos.

Segundo a teoria dos setores econômicos, os países do terceiro mundo possuem economia estruturada de um lado, por atividades modernas conduzidas por tecnologia avançada que remunera o trabalho com médios e altos salários, e do outro, por atividade tradicionais, localmente adaptadas com baixa remuneração do trabalho. Segundo este modelo, o trabalho autônomo, que faz parte do setor informal, é fruto desta dicotomia e assim como ela, está fadado ao desaparecimento, na medida em que o capital avança sobre as suas fronteiras.

Concluem que estas atividades pouco interagem entre si e que as tradicionais são peso morto na formação do valor e, de certo modo, empecilho à modernização.

O desenvolvimento da teoria do setor informal possibilitou uma avaliação dos pressupostos dualistas, mas, não conseguiu avançar a compreensão das relações entre capital e trabalho no meio urbano. Seus estudos partem do princípio de que a reprodução do tradicional ao lado do moderno é fruto das oportunidades diferenciadas que são postas aos indivíduos do terceiro mundo. Por esse motivo, Cavalcanti<sup>5</sup> conclui que o setor informal é uma forma criativa de sobrevivência dos que não foram absorvidos pela relação de assalariamento e que se mantém graças ao fato de que cada oferta cria sua própria demanda. Cacciamali<sup>6</sup> afirma que o setor informal ocupa os espaços intersticiais do capitalismo porque o capital só atua onde estão garantidas altas taxas de lucro. Por sua vez Santos<sup>7</sup> conclui que o elemento indutor do setor informal, ou circuito inferior, segundo sua terminologia, é a modernização tecnológica que é em si, produtora de mão-de-obra. Cavalcanti<sup>8</sup> afirma que os não absorvidos pela modernização passam a criar formas alternativas de sobrevivência.

Os estudos baseados na teoria do setor informal, apesar de elucidarem algumas causas do surgimento da pobreza urbana, não conseguem apreender a complementariedade inerente a relação capital-trabalho. Põem em cheque a dualidade econômica, mas, desenvolvem seu raciocínio no pressuposto da segregação do mercado de trabalho. Este mercado, apesar de suas oportunidades diferenciadas, se alinha na perspectiva da acumulação capitalista. A pobreza esconde este mecanismo.

A modernização tecnológica é fator limitante da oferta de emprego assalariado, mas, o trabalho autônomo que emerge deste contexto como alternativa de emprego e renda, não tem como finalidade, regra geral, permitir, temporariamente, a sobrevivência dessa massa de trabalhadores. Mesmo nos casos onde esta situação ocorre, o trabalho autônomo tem função de acumulação, pois, enquanto trabalho abstrato contribui para a circulação de mercadorias que garantem a acumulação do capital.

Cavalcanti<sup>8</sup> afirma que os indivíduos que ocupam o setor informal são geralmente muito jovens ou muito velhos que possuem por isso menores chances de participarem do mercado de trabalho assalariado e que suas rendas são ínfimas e oscilantes.

O setor informal é encarado como

depósito dos fatores ociosos da economia. Nele, Capital e trabalho se confundem e por isso apresentam sempre índices baixos de produtividade. A contribuição real ao capital, se define enquanto este setor pressiona os salários para baixo.

Ao nosso ver, o capital além de se beneficiar da oferta elástica de força de trabalho para a redução dos salários, contribui indiretamente para a estruturação de algumas atividades baseadas no trabalho autônomo, na proporção em que limita a oferta de empregos assalariados. Ao contribuir a esta estruturação e capital passa a dispor de um maior volume de trabalho incorporando os valores aos seus produtos e amplia a malha de trabalhos abstratos que, por sua vez, amplia a malha de consumo.

A redução da oferta de empregos assalariados, se desfavorável do ponto de vista do trabalho, em nada compromete o capital e, por isso, o trabalho autônomo antes de ser estratégia de sobrevivência é forma própria e adequada à expansão do capital no meio urbano.

#### MARGINALIDADE E EXÉRCITO INDUSTRIAL DE RESERVA

Neste grupo a pobreza é vista como resultado do fluxo migratório campo-cidade e do desenvolvimento tecnológico, que limitou a oferta de empregos assalariados. A pobreza urbana é vista como representação do exército industrial de reserva.

Prandi<sup>9</sup> admite que o trabalho autônomo faz parte do exército industrial de reserva que este é improdutivo do ponto de vista imediato da acumulação e origina-se da forma como o capital se reproduz nas áreas subdesenvolvidas.

Partindo deste princípio conclui que o trabalho autônomo é um trabalho não tipicamente capitalista, uma vez que não está submetido a relação de assalariamento. Carvalho e Souza<sup>10</sup>, que concordam com este pressuposto, afirmam que o trabalho autônomo não é uma forma capitalista de produção. Neste sentido acrescenta Singer<sup>11</sup> que a sobrevivência deste trabalho é possível porque as pessoas da família, que a ele se incorporam, não recebem salários, o local de trabalho não é computado no custo final do produto e, sua baixa produtividade possibilita seu escamoteamento das tributações.

Na medida em que o trabalho autônomo é realizado sobre os produtos do capital, valores à ele são adicionados, e estes, são absorvidos pelo capital. É necessário que os valores circulem para que haja acumulação, o trabalho

autônomo contribui à este processo. Para que um valor de troca seja transformado em mercadoria, seja consumido, não é necessário que toda massa de trabalho esteja assalariada. O fundamental é que este trabalho seja abstrato, esteja disponível à troca.

A inclusão do trabalho autônomo na categoria de exército industrial de reserva lhe confere instabilidade não confirmada pela realidade. Não só boa parte do trabalho autônomo é permanente como em torno dele se estruturam outros trabalhos que, com ele, mantém relação de continuidade.

Prandi<sup>12</sup> afirma que a sobrevivência do trabalho autônomo está condicionada a contração do capital e Singer<sup>13</sup> acrescenta que este fator atesta sua fragilidade. Para ele, o crescimento urbano é fator desestabilizante de suas atividades, uma vez que nas grandes cidades o consumidor se encarrega de realizar os serviços que antes eram produzidos pelo trabalho autônomo.

Kowarick<sup>14</sup> observa que pelo fato do trabalho autônomo ser alimentado pelos excedentes capitalistas, forma-se entre os dois pólos uma relação unilateral comandada pelo capital. Daí conclui que a importância do trabalho autônomo para a economia capitalista está limitada a absorção da força de trabalho excedente e da redução dos custos de reprodução da força de trabalho. Esta afirmativa não considera que a população de baixa renda não demanda, exclusivamente, seus bens e serviços ao trabalho autônomo e que este não se limita, apenas, a atender esta população. É necessário a compreensão de que o trabalho autônomo vincula valores produzidos pelo capital e que, portanto, a sua primeira função é intensificar a circulação desses valores.

Carvalho e Souza<sup>15</sup> chegam a afirmar que o trabalho autônomo tem função de assegurar a demanda de bens sem seus cedêneos capitalistas. Confundem com esta afirmativa a segmentação do mercado de consumo com modos de produção paralelos. O fato dos valores de troca serem diferenciados em nada modifica o seu caráter capitalista.

#### O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO DO CAPITALISMO

O capital produz mercadorias, mas, não necessita, exclusivamente, do trabalho assalariado nesta produção. A história do capitalismo revela que ora o capital recria, ora estimula a reprodução de trabalhos não assalariados como recurso para sua ampliação. O seu objetivo principal é a produção de mercadorias e não, necessariamente, a reprodução do trabalho assalariado, embora se

ja esta a sua relação de trabalho ideal.

A não compreensão das nuances inerentes a relação capital-trabalho, em parte, deve-se ao uso e abuso dos conceitos de trabalho produtivo e improdutivo. Oliveira<sup>16</sup> observa que os serviços encarados como trabalho improdutivo vem sendo alvo de interpretações falaciosas. Em geral não há interesse pelo seu estudo, porque não geram produto. Disso decorre a conclusão de que o terciário no terceiro mundo é "inchado" e peso morto na formação do valor.

Do ponto de vista do capital todo trabalho é produtivo, pois ele lhe alimenta quer seja através da produção de valores de troca, quer seja através do consumo desses valores. O mercado de trabalho capitalista entretanto, é povoado por trabalhos improdutivos (no que se refere a geração do valor). O trabalho no setor público, em muitos casos é remunerado sem que haja, de contrapartida, um equivalente de trabalho. Esta improdutividade não se verifica em relação ao trabalho autônomo, pois, além de contribuir à circulação de valores, participa diretamente da produção uma vez que, incorpora trabalho aos valores de troca produzidos pelo capital e, possibilita sua transformação em mercadoria.

A realidade cotidiana do capital não condiciona a produtividade do trabalho ao assalariamento, porque a produção e circulação de valores se dá através do trabalho abstrato, quer seja ele assalariado ou não.

Na medida em que a transformação de um valor de troca em mercadoria ocorre em etapas sucessivas e o mercado de consumo é diferenciado, relações de trabalho especiais são postas em prática, inclusive, como alternativa de redução do custo final desta transformação.

Martins<sup>17</sup> em estudo realizado sobre a economia cafeeira paulista do século passado, observou que a recriação de relações de trabalho não assalariadas teve papel importante no processo de acumulação. A renda da terra, forma jurídica feudal, foi recuperada, e, ao ser absorvida pelo capitalismo perdeu o seu carácter anacrônico, assumindo a forma de renda capitalizada. As relações que se forjaram na economia cafeeira, antes de precipitarem uma realidade feudal, fundamentaram a acumulação primitiva e contribuíram para a industrialização de São Paulo.

O fato da economia cafeeira ser conduzida pelo capital comercial possibilitou a realização da produção em bases não assalariadas. Isto em nada comprometeu a reprodução do capital, pois a transformação do café em merca-

doria ocorria na transação do fazendeiro com os intermediários. Na sociedade urbano-industrial, o capital industrial tem posição de comando e, por isso, a produção dos valores de troca é realizada através do assalariamento. O fato da circulação, de parte, desses valores ser firmada em bases não assalariadas em nada compromete a acumulação.

São limitadas as possibilidades do capital atingir um mercado segregado pela renda e pelo espaço geográfico. Estas limitações exigem a participação do trabalho autônomo, pois é a intensidade da circulação de valores que permite a ampliação do capital.

A inserção do trabalho autônomo não se restringe a aspectos específicos da economia capitalista. Ele se põe como alavanca e base de sustentação do capital. Absorve o exército industrial de reserva, transfere valor ao capital, contribui à redução dos custos de reprodução da força de trabalho, amplia os canais de distribuição e amplia o mercado de consumo. Estes aspectos se imbricam e tornam homogênea a reprodução do capital.

O aumento da produção industrial e a ampliação da órbita de atuação do capital, desarticularam, como vem desarticulando, um conjunto de atividades autônomas. São exemplos os calçados sintéticos que descartam serviços de reparo, e, as funilarias que não reconstituem a indústria metalúrgica. A realidade mostra, no entanto, que o aumento da produtividade industrial amplia o exército industrial de reserva e exige, para que sejam mantidos os seus índices, a ampliação de sua distribuição. A segmentação do mercado e a impossibilidade do capital atingi-lo plenamente fazem com que o trabalho autônomo assumam papel importante no circuito da produção e reprodução do capital.

Nesse sentido observa Oliveira<sup>18</sup> que as aparências de desfuncionalidade, reveladas pela pobreza no qual o trabalho autônomo se insere, escondem, na verdade, um mecanismo particular de acumulação.

## O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

### COLETA E APURAÇÃO DOS DADOS

Caracterizar o universo de estudo e definir o objeto da pesquisa exigiu uma etapa inicial de coleta de dados secundários, pois ao definirmos o trabalho autônomo como trabalho individual, apoiado pela força de trabalho familiar, não coube considerar as classificações que punham este trabalho ao

lado de outros assalariados, reproduzidos com bases trabalhistas indefinidas.

O cadastro do ISS - Imposto Sobre Serviço - e a ficha de cadastro dos ambulantes, da Secretaria de abastecimento da Prefeitura do Recife<sup>19</sup> foram de fundamental importância para a compreensão deste universo. As duas fontes revelaram que, segundo o tipo de serviço prestado e produtos comercializados, este universo era composto por cerca de duzentas e cinquenta atividades e por, aproximadamente, cinquenta e cinco mil autônomos. Segundo a Secretaria de Abastecimento, este total representava em 1983, 50,0% da realidade. Tabuladas essas informações, em função do total de autônomos por atividade, o ramo de comércio de confecções apareceu em primeiro plano com 1600 cadastrados.

A escolha deste comércio como objeto de estudo foi definida pelas confirmações do Clube dos Diretores Lojistas e Sindicato dos Ambulantes que o comércio de confecções era uma das atividades tradicionais desempenhadas pelo trabalho autônomo no Recife.

Outras fontes importantes para a compreensão do funcionamento deste comércio foram os jornais Diário de Pernambuco, Jornal do Comércio e Diário da Noite. Lidas as edições compreendidas entre janeiro de 1970 e dezembro de 1980, foram recolhidas 225 reportagens que, além de possibilitar informações sobre o cotidiano deste trabalho, foi de grande importância para a definição do plano de amostragem da pesquisa.

A pesquisa foi conduzida por uma amostra probabilística, mas, as reportagens mostraram que, apesar da homogeneidade da população, o desempenho do trabalho era marcado por conflitos diferenciados entre autônomos e lojistas, em vários pontos da cidade. Face a esta constatação o universo foi seccionado em quatro zonas: a primeira de conflito permanente; a segunda, de conflito temporário; a terceira de ocupação recente e a quarta de incidência mínima de conflitos.

O tamanho da amostra teve por base um erro relativo de estimativa igual a 10,68%, uma variância relativa de 50,0% e uma probabilidade de confiança de 95,0% (nível de significância de 5,0%). Para cálculo de n (tamanho da amostra) foi utilizada a fórmula:

$$n = \frac{N \cdot S^2 \cdot Y^2}{S \cdot Y^2 + (n-1)E^2 r}$$

n = Tamanho da amostra

N = Universo de comerciantes

S = Constante igual a 1,96 correspondente a probabilidade de

confiança de 95,0% conforme tabela de curva normal.

$Y^2$  = Variância relativa dos rendimentos dos comerciantes

$E^2 r$  = Erro relativo de amostragem de 10,68%

Com universo de 1600 indivíduos, a amostra foi definida em 80 casos ou seja 5,0% do total.

Para a coleta dos dados primários foram utilizados questionários estruturados com 45 questões, que foram aplicados na primeira quinzena de dezembro de 1983.

A apuração dos dados foi realizada no Centro de Informática da UFPE, através do programa SPSS-10, Statistical Package for the Social Sciences.

#### OCUPAÇÃO DO ESPAÇO E MERCADO DE TRABALHO NO RECIFE

A ocupação do espaço recifense foi lenta até a segunda metade do século XIX acentuou-se a partir daí assumindo forma explosiva depois dos anos 1940.<sup>20</sup>

De parte o crescimento vegetativo da população, a ocupação da explosiva e a expansão de sua malha urbana teve como principal fator exógeno as alterações nas relações de trabalho no campo açucareiro e, como fator endógeno, a industrialização da Região Metropolitana do Recife fruto de plano de desenvolvimento elaborado pela SUDENE.

No decorrer de trinta anos, o espaço do Município foi quase que totalmente ocupado. No ano de 1970, com 5.980,01 hab./km<sup>2</sup>, Recife aparecia no contexto nacional como uma das maiores densidades demográficas, inclusive, superior as taxas verificadas nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo.

O curso do crescimento demográfico não foi acompanhado pelo aumento na oferta de empregos. As estatísticas confirmam o descompasso. No período 1950 e 1970 o crescimento da população economicamente ativa dos Municípios da Região Metropolitana foi de 68,6%, contra um crescimento populacional de 118,8%.<sup>21</sup>

A partir da segunda metade deste século a concorrência interna e internacional da produção de açúcar, exigiu profundas mudanças na agroindústria açucareira do Estado. Demandando índices crescentes de matéria prima, o sistema das usinas exigiu o aumento da área plantada de cana, e, com isso, alterou profundamente suas antigas relações de trabalho.

A ocupação explosiva do espaço re

cifense e a conseqüente valorização da terra, provocou a ocupação dos municípios periféricos que, a partir de 1970, passaram a constituir, juntamente com ele, a Região Metropolitana do Recife. A oferta de áreas desocupadas possibilitou a ocupação e o plano de industrialização da SUDENE reordenou a economia desses Municípios. A meta de modernização das indústrias tradicionais e criação de indústrias modernas, não foi capaz de equilibrar a oferta e procura de empregos na região, e, ao contrário, reduziu a oferta em alguns ramos de atividade.

Na indústria têxtil esta redução foi significativa. Entre os anos de 1960 e 1970. Paulista, um dos principais produtores da Região Metropolitana, viu decrescer 29,7% dos empregos no setor.<sup>22</sup> O plano de industrialização da SUDENE não foi capaz de criar um centro manufatureiro autônomo na região, porque as indústrias instaladas se estruturaram para a produção de bens intermediários e, na sua maioria, eram subsidiárias de indústrias instaladas em outras regiões.

Os estudos sobre a industrialização recente do Nordeste confirmam que esta subordinação ocorre em vários aspectos. Apenas 25,0% dos capitais subscritos nestas indústrias têm origem regional; as indústrias químicas, metalúrgicas e de material elétrico produzem basicamente bens intermediários para as indústrias do centro sul; 48,0% dos insumos utilizados provêm de outras regiões e apenas 4,0% dos equipamentos industriais são produzidos no Nordeste.<sup>23</sup>

O achatamento do mercado de trabalho na Região Metropolitana do Recife é também provocado pela sua estrutura fundiária. Excetuando os Municípios de Recife e Olinda, no ano de 1970, as grandes propriedades subexploradas representavam 52,3% da área. Se acrescido a estes os latifúndios por exploração, em 1970 as grandes propriedades absorviam cerca de 80,0% das terras disponíveis.

Esta realidade cria e ao mesmo tempo estimula a reprodução do trabalho autônomo no meio urbano recifense. A Secretaria da Fazenda e Abastecimento da Prefeitura, estimam que o universo de autônomos, em operação na cidade, é de cerca de 110 mil pessoas. Acrescido a este grupo a estimativa de Cacalcanti<sup>24</sup> de 155 mil empregos domésticos, no eixo Recife-Olinda, chega-se a um total de 265 mil trabalhos remunerados de formas especiais.

O Anuário Estatístico de Pernambuco<sup>25</sup> revelou que no ano de 1978, a população economicamente ativa da Região Metropolitana era composta por 843.978 trabalhadores. Partindo deste número

estima-se em 70,0% a representação de assalariados, e, em 30,0% as remunerações especiais neste mercado de trabalho.

## O TRABALHO AUTÔNOMO NO COMÉRCIO DE CONFECCÕES

### a) PERFIL DOS COMERCIANTES

#### O sexo

A pesquisa revelou que 70,0% da amostra era constituída de comerciantes do sexo masculino, contra 30,0% do sexo feminino.

#### A idade

As idades dos entrevistados foram agregadas em sete grupos: de 15 a 20 anos, 5,0% da amostra; de 21 a 30 anos, 22,5%; de 31 a 40 anos 22,5%; de 41 a 50 anos, 35,0%; de 51 a 60 anos, 12,5%; 1,3% com mais de 60 anos e, 1,3% com idade ignorada.

As medidas centrais revelaram ser 38,6 anos a idade média da população; 43 a idade modal e. 40 anos, a mediana.

Como pode ser observado, 80,0% da população situa-se nos grupos etários que sugerem maior disponibilidade para o desempenho do trabalho, ou seja, de 21 a 50 anos.

#### A escolaridade

Em 8,8% dos casos os comerciantes eram analfabetos, sendo maior a proporção de analfabetos do sexo masculino; 35,0% sabiam ler e assinar o nome na ocasião da pesquisa; 43,8% detinha nível de escolaridade do primeiro grau incompleto e apenas 5,0% concluíram o primeiro grau. Este mesmo percentual foi verificado em relação ao segundo grau incompleto e 1,3% da amostra, respectivamente, concluiu o segundo grau e curso superior.

#### Local de moradia

Toda a população pesquisada residia na Região Metropolitana do Recife: 60,0% na capital do Estado; 13,8% no município de Jaboatão; 12,5% em Camarajibe; 10,0% em Olinda; 2,5% em Paulista, e, 1,3% no Cabo.

#### Tempo de permanência na atividade

Entre os pesquisadores 13,8% permaneciam na atividade em período compreendido entre 0 e 2 anos. No período de 3 a 5 anos, 17,5%. De 6 a 10 anos a maior participação, 33,8%. De 11 a 15 anos, 11,3%. De 16 a 20 anos e entre 21 e 30 anos os mesmos resultados, 7,5%. 6,3% não sabia precisar o tempo de permanência e 2,5% permanecia

na atividade há mais de 30 anos.

Agregados os grupos de permanência entre 3 e 5 anos e 6 e 10 anos conclui-se que na década de 1970, período marcado pelo crescimento interno do capital, 51,3% da amostra se incorporou a atividade. Isto confirma que, em relação ao comércio de confecções, o crescimento do capital não interfere negativamente.

#### Origem dos comerciantes

Como critério de avaliação da origem dos comerciantes, foi tomado o último emprego e/ou atividade desempenhada.

Entre esses comerciantes 46,3% da amostra desempenharam seus últimos trabalhos no comércio e na indústria, 12,5% tiveram como primeiro trabalho o comércio autônomo de confecções; 10,0% prestaram serviços de reparo e pessoal; 5,0% estavam ligados a construção civil; 3,8% vinculados à pesca e a agricultura. E, 22,5% foram enquadrados na categoria de outros.

#### Último emprego e carteira profissional assinada

Excluídos os comerciantes que iniciaram suas atividades profissionais no comércio autônomo de confecções, 55,7% da amostra desempenharam os últimos trabalhos sem vínculos empregatícios regularizados e 44,3% participaram do mercado de trabalho assalariado com registros trabalhistas.

#### Tamanho do grupo familiar

O grupo familiar formado apenas pelo comerciante entrevistado foi formado em 1,3% da amostra. O grupo formado pelo comerciante mais o cônjuge, em 6,3%. O comerciante mais dois membros, 12,5%. A maior incidência 46,3%, foi verificado em relação ao grupo formado pelo comerciante mais grupo de 3 a 6 membros. De sete a dez membros mais o comerciante, 13,8%. Este mesmo percentual foi observado nos grupos formados por mais de dez elementos.

#### Força de trabalho no grupo familiar

Como forma de analisar a renda familiar dos comerciantes, foi questionado o número de pessoas, além do chefe, que estavam inseridos no mercado de trabalho. Constatamos que 37,0% das famílias sobreviviam apenas da remuneração do comerciante; 31,3% possuíam um membro no mercado de trabalho; 21,3% possuíam dois elementos; 7,5% três e, 2,5% quatro elementos.

#### A renda do comerciante

Do total de entrevistados 45,0% percebiam renda inferior ao salário mí-

nimo regional; 52,5% situavam-se entre um e dois salários; com renda superior a dois salários e inferior a quatro, apenas 2,5%.

#### A renda do grupo familiar

A renda do grupo familiar, aqui considerada, soma as rendas dos comerciantes e dos membros da família inseridos no mercado de trabalho. Mesmo considerando esses dois fatores a renda familiar se situa nos níveis mínimos. Isto porque 37,6% das famílias sobrevivem apenas da renda dos comerciantes. Oscilando a renda entre um e dois salários mínimos estavam 43,8% das famílias; 23,8% apresentaram renda entre três e quatro mínimos; entre dois e três, 18,8%; com menos de um salário, 10,0% e, 3,8% com renda entre 4 e 5 salários mínimos.

#### b) CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES

O centro do Recife, compreendido pelos Bairros de São José, Boa Vista e Santo Antônio, foi tomado como espaço físico da pesquisa. Nestes bairros o comércio autônomo está instalado tradicionalmente. Na zona I, de conflito temporário, foram aplicados 13 questionários; na zona II, de ocupação recente, 15; na zona III, de conflitos permanentes, 17; e, na zona IV, zona tradicional, 35 questionários.

Neste comércio estão presentes três tipos de comerciantes, segundo sua terminologia. Os ambulantes, comerciantes registrados na Prefeitura, os Camelôs, comerciantes permanentes que não possuem registro, e, os "Sirís", comerciantes que se vinculam nas atividades nos meses que antecedem o Natal, São João e Carnaval. A pesquisa revelou que 73,8% dos comerciantes entrevistados eram ambulantes e, 26,3% camelôs. Não foi registrada a presença de "Sirís". Entre as licenças de funcionamento, 63,7% foram concedidas na década de 1970, contra 11,5% nos primeiros anos da década de 80 e 6,3% anteriores a 1970.

É de 52,5% o percentual de comerciantes vinculados, como autônomos, à previdência social. A jornada de trabalho é longa e por vezes se estende pelos sete dias da semana. A média diária de trabalho é de 10,7 horas. Dos nossos entrevistados 5,0% desempenham esta jornada em cinco dias semanais, contra 66,3% que a realizam nos seis dias da semana e 25,0% durante os sete dias. Neste último grupo não foi verificada a presença de atividades secundárias, ocasionais. Estes comerciantes revendem suas confecções, nos fins de semana, nas feiras livres do Recife e na Região Metropolitana.

O maior pique de vendas é verificado no mês de dezembro por ser o período tradicional de consumo do produto e onde ocorre maior circulação monetária, face ao pagamento do 13º salário. Desses entrevistados 52,5% confirmaram esta tendência. Este aspecto, no entanto, não limita o comércio nos outros meses do ano.

As indenizações trabalhistas não constituem fontes de recursos iniciais na atividade. Do total de entrevista dos 12,5% revelaram que parte dos seus recursos iniciais eram provenientes destas fontes. A principal fonte de recurso são as economias domésticas com elevado percentual: 77,5%.

Os estoques são limitados. A sua expansão ou diversificação ocorre com a continuidade do trabalho pois 50,0% detinham estoques entre 100 e 500 peças. O estoque de 25,0% dos comerciantes era inferior a 100 peças. Com estoque variando entre 500 e 1000 peças, apenas 25,0%; e, 5,0% estavam acima deste limite.

As fases deste processo de trabalho são a recomposição dos estoques, que as vezes exige deslocamentos intermunicipais, montagem e desmontagem das barracas, deslocamento dos estoques e as vendas. Dos comerciantes entrevista dos 45,0% participam deste processo individualmente; 41,3% mantêm, pelo menos, um membro da família em suas unidades; 13,8% dividem, ocasionalmente, o lucro do trabalho com trabalhadores comissionados.

Segundo estimativa dos comerciantes, dezenove depósitos, no centro, prestam serviços de armazenagem às diversas atividades autônomas. Além desta forma de estocagem foi observado que um grupo de comerciantes armazenava seus estoques no próprio local de trabalho.

O tamanho do estoque limita o controle contábil da atividade. Apenas 13,8% fazem controle escrito do movimento de compra e venda. Os demais realizam o controle através da divisão da receita diária entre a recomposição do estoque e remuneração do trabalho.

#### c) ORGANIZAÇÃO SINDICAL DA CATEGORIA

O Sindicato dos ambulantes congrega comerciantes autônomos dos Municípios de Olinda, Recife e Jaboatão. Fundado em 1938, contava na ocasião da pesquisa com doze mil associados. Na política sindical é alvo de constantes intervenções, o que vem limitando suas ações aos serviços assistenciais. A maior parte dos comerciantes entrevistados, 77,5%, eram sindicalizados. Boa parte desses comerciantes revelaram que sua sindicalização foi motivada pela

exigência da Prefeitura do Recife de condicionar a legalização ao vínculo com o Sindicato.

Colhemos entre os depoimentos que 46,3% dos comerciantes nunca frequentaram a sede do órgão de classe; 23,8% participam do movimento ocasionalmente e 21,3% têm participação efetiva.

A maior parte dos comerciantes reage negativamente à condução do movimento sindical. Afirmando que a condução desmobiliza a categoria porque a questão central deste comércio nunca foi atacada diretamente. Para eles, o principal foco de conflito são os camelôs e esta tendência é reforçada pela falta de intermediação que favoreça e discipline o trabalho autônomo. É consenso que medidas definitivas sejam tomadas em relação aos comerciantes não legalizados e que estas sejam conduzidas pelo Sindicato da categoria.

O distanciamento entre o órgão de classe e seus associados favorece o aparecimento de organizações paralelas que se revelam desde a formação de canais de comunicação estabelecidos entre os comerciantes por ocasião das apreensões do fisco até a formação de caixas coletivas para a renovação dos estoques.

#### d) TRABALHO AUTÔNOMO E ACUMULAÇÃO: CONCLUSÃO

O perfil dos comerciantes, as condições de funcionamento das unidades e a organização sindical da categoria confirmam a racionalidade do trabalho autônomo no comércio de confecções. A inserção deste trabalho no contexto da indústria têxtil reafirma a sua funcionalidade no processo de reprodução do capital.

Em dezembro de 1983 o estoque de confecções das oitenta unidades pesquisadas atingia a cifra de trinta e três mil peças. Projetada esta cifra para o universo de 1600 comerciantes, estima-se que o volume total de confecções postas à venda atingia a seiscentos e cinquenta mil peças, com valor aproximado a Cr\$ 662,0 milhões de cruzeiros.

Os dados disponíveis não permitiram a comparação deste comércio com o lojista, pois, as fontes consultadas, (Clube dos Diretores Lojistas, Serviço de Proteção ao Crédito, Secretaria da Fazenda e Sindicatos dos Ambulantes e Comerciantes), não dispunham de informações desagregadas sobre o comércio de confecções. Contudo, os dados disponíveis demonstram sua importância. Ao absorver força de trabalho, circular valores de troca e valores monetários o trabalho autônomo no comércio de confecções tem papel importante no circuito da produção, distribuição e consumo

dê produtos têxteis.

As confecções comercializadas pouco diferem das revendidas, ao mesmo segmento de mercado, pelo comércio lojista. Sete grupos de confecções foram tomados como referência de análise: infantis, feminina, masculina, cama e mesa, banho, meias e lenços e outros.

O comércio de confecções infantis aparece em primeiro plano pois 64 das unidades pesquisadas as revendiam isoladamente ou em consórcio com outros produtos. Em seguida aparece o comércio de confecções femininas e masculinas. Os outros produtos aparecem em menor dimensão.

Recife aparece como principal ponto de origem das confecções comercializadas seguido do Município de Santa Cruz do Capibaribe, localizado no agreste pernambucano e os Municípios da Região Metropolitana. A presença de confecções oriundas de outros Estados é insignificante, embora, seja importante a presença do eixo Rio de Janeiro-São Paulo nesta economia.

Segundo Campelo<sup>26</sup> é grande a dependência de Santa Cruz do Capibaribe dos insumos, matéria prima e equipamentos industriais, produzidos nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Segundo seu relatório, indústrias paulistas têm neste município pernambucano importante mercado para a distribuição dos seus produtos. Esta tendência, em parte, é verificada nas unidades produtoras do grande Recife.

O parque têxtil pernambucano é constituído por 157 unidades produtoras de tecidos, fios e fibras e confecções que congregam 17.126 operários<sup>27</sup>. Vários fatores vem interferindo negativamente neste setor, entre eles a política de industrialização da SUDENE que limitou a oferta de empregos, a descapitalização e a redução da oferta de matéria prima em consequência da desertificação da produção agrícola.

O comércio atacadista e varejista de confecções são beneficiários diretos do comércio autônomo. A pesquisa revelou que 26,3% dos autônomos adquirem seus estoques, exclusivamente, ao comércio atacadista e, 17,5% ao comércio varejista. Em relação a este último comércio, ficou confirmado que o trabalho autônomo tem papel importante na regularização dos seus estoques.

A forma de pagamento dos estoques é fator importante de acumulação. Como prova disso 63,8% dos comerciantes realizam este pagamento à vista, em dinheiro, o que confirma alto grau de liquidez em favor dos lojistas e industriais. A concessão do parcelamento é mínima e se limita aos maiores e mais antigos na atividade.

O vínculo de trabalho com interme-diários não foi verificado, embora 5,0% não fossem proprietários dos estoques que revendiam. O período de realização da pesquisa, dezembro de 1983, explica o fato, pois a perspectiva de aumento das vendas faz com que os autônomos solicitem a presença de outros trabalhos para garantir suas metas.

Os comerciantes que detêm maiores estoques, com frequência, repassam confecções aos menores. Esta tendência foi verificada em 27,5% dos casos que confirmaram vender ou já ter vendido confecções de outros. Enquanto isso 32,5% dos entrevistados revelaram ser esta prática comum nos pontos de venda.

Nas zonas II e IV da pesquisa, áreas onde é menor a incidência de conflitos com os lojistas, foi observado que alguns comerciantes produziam parte das confecções que comercializavam.

As alterações das relações sociais no campo canavieiro, o descompasso verificado entre a criação de empregos e o crescimento da população em idade de trabalho e a estrutura fundiária da Região Metropolitana, são fatores que criam e, ao mesmo tempo, estimulam a reprodução do trabalho autônomo. Entretanto, o seu aparecimento no meio urbano recifense não é fruto de atitudes individuais ou de forma criativa de sobrevivência dos não absorvidos pela relação de assalariamento. Emergiu como trabalho pelo seu aspecto socialmente útil, pela possibilidade que encerra de transformar valores de troca em mercadorias. Além de abstrato é realizado dentro de jornada de trabalho regular e constante que favorece a criação do sobre trabalho. A sua estrutura permite o surgimento de serviços de apoio que contribuem à sua estabilidade. As rendas auferidas não apresentam níveis inferiores aos verificados em relação ao trabalho assalariado da maior parte da população.

O trabalho autônomo é uma forma disfarçada de aquisição da força de trabalho duplamente favorável ao capital. É adquirida sem antecipação monetária e transforma seus valores de troca em mercadoria. A pobreza que lhe absorve é própria e adequada a expansão urbana do capital que é sua causa e efeito.

## NOTAS

<sup>1</sup> SOUZA, Emanuel Bandeira de. "Nos pontos dos arrecifes:" o trabalho autônomo no comércio de confecções da cidade do Recife. Recife, Curso de Mestrado em Sociologia - PIMES - UFPE, Mimeografado, 1984, 115 p.

- <sup>2</sup> Mars, Karl. O Capital: crítica da economia política. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, livro I, vols. I e II, 5ª edição, 1980, 933 p.
- <sup>3</sup> CACCIAMALI, Maria Cristina. Setor Informal urbano e formas de participação na produção. São Paulo, USP, 1983, 146 p.
- <sup>4</sup> SANTOS, Milton. O espaço dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro, Ed. Francisco Alves, 1979, 345 p.
- <sup>5</sup> CAVALCANTI, Clóvis. Viabilidade do Setor Informal: a demanda de pequenos serviços no grande Recife. Recife, IJNPS, 1978, 158 p.
- <sup>6</sup> CACCIAMALI, Maria Cristina. (1983) op. cit.
- <sup>7</sup> SANTOS, Milton (1979) op. cit.
- <sup>8</sup> CAVALCANTI, Clóvis. Estratégia de sobrevivência da pobreza urbana uma caracterização das atividades informais de Salvador-BA. Recife UFPE/MDU, mimeog. 1978 24 p.
- <sup>9</sup> PRANDI, José Reginaldo. O trabalhador por conta própria sob o capital. São Paulo, Ed. Símbolo, A/D, 166 p.
- <sup>10</sup> CARVALHO, Inaiá Moreira de. & SOUZA, Guaracy Adeodato Alves de. A produção não capitalista no desenvolvimento do capitalismo em Salvador. Recife, UFPE/MDU, Mimeog., 1978, 44 p.
- <sup>11</sup> SINGER, Paul. Economia Política do trabalho. São Paulo, Hucitec, 1977, 198 p.
- <sup>12</sup> PRANDI, Reginaldo. (S/D) op. cit.
- <sup>13</sup> SINGER, Paul (1977) op. cit.
- <sup>14</sup> KOWARIC, Lúcio. Capitalismo e marginalidade na América Latina. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2ª edição, 1977, 187 p.
- <sup>15</sup> CARVALHO & SOUZA. (1978) op. cit.
- <sup>16</sup> OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira: crítica à razão dualista. In: Questionando a economia brasileira. São Paulo, Ed. Brasiliense, 3ª edição, 1977, 134 p.
- <sup>17</sup> MARTINS, José de Souza. O cativo no da terra. São Paulo, LECH, 2ª edição, 1981, 157 p.
- <sup>18</sup> OLIVEIRA, Francisco de (1977), op. cit.
- <sup>19</sup> Secretaria de Abastecimento da Prefeitura da Cidade do Recife. Cadastro dos comerciantes ambulantes. Recife, 1982
- <sup>20</sup> MELO, Mário Lacerda de. Metropolição e Subdesenvolvimento: o caso do Recife. UFPE, 1978, 256 p.
- <sup>21</sup> Ibid.,
- <sup>22</sup> Ibid.
- <sup>23</sup> ARAUJO, Tânia Bacelar de: Nordeste: crescimento econômico e persistência do atraso regional. In: Indicadores da conjuntura sergipana. Aracaju, Governo do Estado de Sergipe, 1979, 265 p.
- <sup>24</sup> CAVALCANTI, Clóvis (1978) op. cit.
- <sup>25</sup> Anuário Estatístico de Pernambuco. Fundação de Informações para o desenvolvimento de Pernambuco. Recife, 1981.
- <sup>26</sup> CAMPELO, Glauce Maria da Costa. A atividade de confecções e a produção do espaço em Santa Cruz do Capibaribe. Recife, UFPE/CMG, 1983, 157 p.
- <sup>27</sup> FIEPE - Federação das indústrias do Estado de Pernambuco. Cadastro industrial. Recife, FIEPE, 1983, 134 p.

#### ABSTRACT

This paper analyzes self-employment as a special connection between capital and labor, inherent in and suitable for capitalistic accumulation. It discusses the theory of the informal sector of the industrial army reserve and introduces self-employment as a strategy of the unequal and combined development of capitalism. It shows that abstract labor is the capital source of reproduction and asserts that self-employment assumes this characteristic. It also shows that the insertion of self-employment in the Brazilian urban area is a result of the low level of internal accumulation and that capital stimulates its reproduction, specially considering intermediate services between production and consumption, since it carries available resources to exchanging value production. Self-employment is regarded as a productive work and self-employees are regarded as proletarians, though their labor force is not directly acquired through capital.

These presuppositions are confirmed by a case study: the trade of ready-made articles in Recife. This

case study analyses the demographic growth of the city, the occupation of its urban space, how self-employment arose and its reproduction. It presents the general characteristics of self-employees, operational conditions of units, labor union and the insertion of self-employment into the circuit of production, distribution and consumption of textile products.